



DESIGUALDADE

Só neste mês, 337 são tirados da escravidão

É o resultado da Operação Resgate 2. Em 2022, 1.178 pessoas foram libertadas de trabalhos em condições degradantes

» LUANA PATRIOLINO

Somente neste mês, 337 trabalhadores em situação análoga à escravidão foram resgatados. Os dados são da força-tarefa Operação Resgate 2 e foram divulgados, ontem, pelo Ministério Público Federal (MPF). Somente em 2022, foram realizadas 242 diligências, com um saldo de 1.178 pessoas retiradas de ambientes de risco.

Esses trabalhadores foram resgatados em 22 estados e no Distrito Federal. A operação — que uniu esforços de seis órgãos públicos: MPF, Subsecretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho (MPT), Polícia Federal (PF), Defensoria Pública da União (DPU) e Polícia Rodoviária Federal (PRF) — foi a maior realizada até agora.

Goiás e Minas Gerais são os estados com mais pessoas resgatadas em julho. As atividades no meio rural com a maior quantidade de trabalhadores em condições análogas à escravidão são os serviços de colheita em geral, de cultivo de café e de criação de bovinos para corte. Já na área urbana, os trabalhadores domésticos são as maiores vítimas.

Do total de resgatados de julho, 304 estavam na área rural, 27 na urbana e seis dentro de alguma residência. Segundo o balanço da operação, os empregadores infratores foram notificados e tiveram que interromper imediatamente as atividades. Além disso, foram obrigados a formalizar o vínculo empregatício e a pagar salários e verbas rescisórias devidas — valores que chegam a R\$ 3,8 milhões. Eles ainda devem ser responsabilizados por danos morais individuais e coletivos, serão processados criminalmente e ainda pagarão multas administrativas.

Realidade

O subprocurador-geral da República Carlos Frederico Santos, coordenador da Câmara Criminal do MPF, disse que a operação demonstrou que o trabalho escravo “não é uma ficção, mas uma realidade que tem que ser

Secretaria de Inspeção do Trabalho/Reprodução



De acordo com integrantes das equipes que enfrentam a escravidão, o trabalho aviltante é uma das faces da profunda desigualdade brasileira

banida”. Os alvos preferenciais são pessoas em situação de vulnerabilidade, segundo os integrantes da Resgate 2.

“Promessas vazias, que se fazem para pessoas que têm uma carência muito grande, em um país como o nosso, e uma sociedade que não desfruta de uma igualdade. Igualdade que possa afastar esse tipo de conduta”, apontou.

A instabilidade econômica e a crise sanitária também influenciaram na piora desse quadro. “Qualquer momento em que há um momento de vulnerabilidade da nossa população mais carente, há uma possibilidade e devemos acender as luzes de alerta. Momentos de crise econômica, momentos de pandemia e outros

A marca da brutalidade

- » Total resgatados em 2022 — 1.178 pessoas
- » Total de resgatados em julho — 337 (304 em trabalho rural, 27 urbanos e seis domésticos)
- » Ações em 22 estados e no Distrito Federal
- » Seis órgãos envolvidos
- » 669 autos de infração
- » R\$ 3,8 milhões em verbas salariais e rescisórias

Principais atividades dos resgatados

- » Colheita em geral
- » Cultivo de café
- » Criação de bovinos para corte

*As denúncias de trabalho análogo ao escravo podem ser feitas de forma remota e sigilosa no Sistema Ipê, criado pela Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Basta ligar para o Disque 100 ou fazer o relato pelo site www.mpt.mp.br

podem aumentar essa vulnerabilidade”, alertou o auditor fiscal do trabalho Rômulo Machado.

De acordo com o MPF, cada um dos resgatados recebeu três parcelas do seguro-desemprego

especial, no valor de um salário-mínimo (R\$ 1.212) cada. Em relação a outras irregularidades trabalhistas, serão lavrados pelos auditores-fiscais do MPT aproximadamente 669 autos de infração, entre eles de emprego análogo ao escravo, de trabalho infantil, falta de registro na carteira de trabalho e descumprimento de normas de saúde e segurança no desempenho de uma função.

O combate à moderna escravidão ganhou força a partir de 1995, quando da criação do grupo especial de fiscalização móvel. O país passou a reprimir as más condições de exercer uma função porque estava sendo acusado por organismos internacionais de não ter uma política de combate ao trabalho forçado.

Manifestação de racismo

Órgãos ligados às operações de combate ao trabalho escravo no Brasil destacam o racismo como um dos fatores mais importantes da escravidão moderna. As estatísticas mostram uma predominância de pessoas negras nos resgates.

Na avaliação do procurador Itamar Medina, vice-coordenador Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério Público do Trabalho (MPT), essa é mais uma constatação da presença do racismo estrutural na sociedade brasileira. “As pessoas negras, historicamente, sempre tiveram menos oportunidades de um modo geral. Isso se reflete nos índices de violação dos direitos humanos, inclusive pelo trabalho escravo. A cor do trabalho escravo atual não difere muito da cor do trabalho escravo de antigamente”, lamentou.

Na avaliação do advogado Beethoven Andrade, presidente da Comissão de Igualdade Racial da seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), “a ausência de oportunidades de emprego, aliada à dificuldade que a dimensão do país impõe à fiscalização, contribui para os casos”.

A juíza do trabalho Luciana Paula Conforti, vice-presidente da Associação Nacional de Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), destaca que há vácuos no Judiciário sobre a questão. “Tem ainda aquela concepção muito forte de que o trabalho escravo atual apenas é configuração quando há prisão do corpo do trabalhador”, afirmou.

De acordo com o artigo 149 do Código Penal, trabalho análogo à escravidão é quando a pessoa é submetida a alguma função de maneira forçada, a jornadas exaustivas ou a condições degradantes de trabalho. Também é caracterizado pela imposição de dificuldade ou impedimento do direito de ir e vir em função de suposta dívida contraída com o empregador, com retenção de documentos ou vigilância ostensiva. (LP)

SOCIEDADE

SBPC debate ataque ao sistema democrático

» ISABEL DOURADO*
» RAPHAEL PATI*

As eleições de outubro e os ataques do presidente Jair Bolsonaro (PL) ao sistema de votação foram o tema de ontem da 74ª reunião anual da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC), que vem se realizando na Universidade de Brasília (UnB). E durante os debates, uma conclusão: o sistema democrático está sob ataque em várias partes do mundo por conta dos próprios defeitos e questões não resolvidas.

A professora Soraya Vargas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), salientou que o presidente Jair Bolsonaro (PL) é um dos mais

destacados representantes da ofensiva antidemocrática internacional. “A extrema-direita populista e o bolsonarismo estão solidamente implantados no Brasil. O próximo governo terá que trabalhar para enfrentá-lo”, previu.

Para ela, o presidente se destaca por uma recusa deliberada em exercer um papel de coordenador do federalismo brasileiro. “Esse ímpeto centralizador expressa a intenção do presidente, que tem um projeto político orientado para a construção de um futuro autoritário”, salientou.

Na avaliação do professor Jairo Nicolau, da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ), falar de democracia no Brasil é falar, necessariamente, das eleições — pois,

Jeso Carneiro



Nicolau: força da democracia brasileira está ligada às eleições

conforme destacou, foi o principal marco da transição da ditadura militar para a democracia. Ao exemplificar, lembrou do movimento Diretas Já — que

galvanizou a sociedade em torcida da votação da emenda Dante de Oliveira, rejeitada no Congresso —, que pedia a volta das eleições presidenciais por meio

do voto popular. “Estamos caminhando para a 21ª eleição no Brasil. A democracia brasileira tem a cara do processo eleitoral. O Brasil é uma das democracias mais pujantes do mundo”, disse.

Meio ambiente

Outro tema discutido ontem foram as políticas do atual governo em relação ao meio ambiente. E, mais uma vez, sobraram críticas à atuação do Ministério do Meio Ambiente. Segundo Suely de Araújo, a especialista-sênior em políticas públicas do Observatório do Clima, “tivemos os órgãos que atuam no meio ambiente lutando pelo desmantelamento da política ambiental. Isso que foi a grande novidade e quase que uma tragédia no governo Bolsonaro”.

“Tem muita coisa parada no ministério e todo mundo que assumiu algum cargo em governos anteriores não recebe nada para fazer. Muitos, inclusive,

pediram licença sem vencimento ou remoção por outros órgãos porque não aguentam. É um assédio por não passar trabalho”, afirmou.

A advogada Juliana de Paula Batista, integrante do Comitê dos Direitos de Povos Indígenas e Quilombolas do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), apontou que o projeto do marco temporal para a demarcação de terras indígenas — que aguarda julgamento no Supremo Tribunal Federal — atesta o incentivo do governo aos crimes ambientais.

“É como a gente pensar que, daqui a 30 anos, alguém vai dizer: ‘Você só tem direito a esse apartamento se comprovar que estava nele em 28 de julho de 2022. O problema é que esqueceram de combinar isso com os indígenas, há 30 anos, que isso ia ser exigido deles”, disse.

*Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi